



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 122, DE 2010
(nº 215/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ALEXANDRE ADDOR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, e, cumulativamente, em Montenegro.

Os méritos do Senhor Alexandre Addor Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de maio de 2010.

EM No 00185 MRE /DP/AFEPA/G-/APES

~~Brasília, 29 de abril de 2010.~~

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ALEXANDRE ADDOR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, **ALEXANDRE ADDOR NETO** poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, em Montenegro.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE ADDOR NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE ADDOR NETO

CPF.: 176.079.737-53

ID.: 9992 MRE

30/10/1943 Filho de Alexandre Magno Addor Filho e de Altair Cardozo Addor, nasce em 30 de Outubro em Cuiabá/MT

05/01/1966 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil/RJ

07/03/1966 CPCD, IRBr

03/01/1967 Terceiro Secretário em 24 de novembro

01/01/1989 Ministro de Segunda Classe em 19 de julho, integrado na Carreira de Diplomata por força de decisão judicial

05/01/1989 Departamento da Ásia e Oceania, assessor

06/01/1990 Divisão de Imigração, Chefe

07/01/1991 Departamento Econômico, Coordenador-Executivo

08/01/1992 Subsecretaria-Geral para Assuntos Econômicos, Chefe de Gabinete

13/01/1992 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Chefe de Gabinete

06/04/1993 Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro

03/08/1995 Embaixada em Luanda, Ministro de Segunda Classe, Embaixador comissionado

02/01/1998 Ministro de Primeira Classe em 22 de Junho

15/10/1999 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral

14/01/2001 Ordem do Mérito Mato-Grosso, Brasil

16/08/2005 Secretaria de Estado das Relações Exteriores

21/05/2007 Organização dos Estados Americanos (AOI)


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II**

RELAÇÕES BRASIL-SÉRVIA



BRASÍLIA, ABRIL DE 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado
MAIORES CIDADES	Belgrado, Novi Sad, Nis
ÁREA	77.474 km ²
POPULAÇÃO	7.365.057
IDIOMAS	sérvio (oficial), húngaro, croata, eslovaco, romeno, rusyn (reconhecidos regionalmente)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Igreja sérvia ortodoxa (85%), católicos (5,5%), outros (9,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Boris Tadic
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mirko Cvetkovic
MNE	Vuk Jeremic
PIB real (2009)	USD 42,88 bilhões
PIB PPP (2009)	USD 78,36 bilhões
PIB “per capita” PPP (2008)	USD 3.142
EMBAIXADOR NO BRASIL	Ljubomir Milic

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL → SÉRVIA	2006	2007	2008	2009	3/2010
Intercâmbio	2,1	33,7	30,6	20,5	5,6
Exportações	2,1	28,5	26,9	19,2	5,0
Importações	-	5,2	3,6	1,3	0,6
Saldo	2,1	23,3	23,2	17,9	4,4

ESTADO ATUAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 22 de junho de 2006. O Governo brasileiro, por nota verbal à Embaixada da Sérvia em Brasília, acusou recebimento de comunicação pela qual a República da Sérvia declarou-se sucessora dos direitos e compromissos assumidos pela extinta união de Estados da Sérvia e Montenegro

As relações bilaterais são marcadas pela cordialidade e alto nível de diálogo, em especial após o episódio da declaração de independência do Kosovo, no qual o Brasil declarou prontamente seu apoio à integridade territorial da Sérvia. O Governo sérvio valoriza a posição construtiva e de apego ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão kossovar. Ademais de não reconhecer a independência do Kosovo, o Brasil ainda apoiou na Assembléia Geral da ONU o projeto de resolução da Sérvia para encaminhamento do caso à Corte Internacional de Justiça, e ainda apresentou comentários escritos e orais ao Tribunal de Haia defendendo sua posição na questão kossovar. O Brasil considera fundamental a manutenção do diálogo político e de orientação construtiva entre as partes para que se encontre uma solução negociada, a ser formalizada no CSNU. Nesse sentido, o Brasil favorece a continuidade das negociações sob os auspícios da ONU, no marco da Resolução 1244 (1999).

Desde a separação de Sérvia e Montenegro, em 2006, registra-se apenas uma visita oficial de autoridades sérvias ao Brasil, em abril de 2008, quando o Chanceler Vuk Jeremic reuniu-se com o Ministro Celso Amorim em Brasília, em encontro que teve o Kosovo como tema principal. Os dois Chanceleres ainda mantiveram encontro à margem da AGNU, em setembro de 2008, e no Rio de Janeiro, em abril de 2009, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina. O Embaixador da Sérvia indicou recentemente que o Presidente Boris Tadic poderá realizar visita ao Brasil em 2011.

Posição da Sérvia sobre a reforma do CSNU

A Sérvia declarou, privadamente, que apoiaria projeto de expansão do CSNU nas modalidades de membros permanentes e não-permanentes, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os permanentes. Chegou a expressar apoio à proposta do G-4, embora posteriormente tenha mudado de posição e declarado que se absteria em eventual votação do projeto do G-4. Por ocasião de consultas políticas Brasil-Sérvia em Brasília

(novembro/2008), a Diretora do Departamento das Américas da Chancelaria da República da Sérvia, Senhora Dragana Filipovic, confirmou que seu país é pressionado pela Itália, fato que explica o recuo sérvio em seu apoio ao G-4 e a dificuldade de apoiar individualmente qualquer dos países que o compõem. Filipovic sinalizou a possibilidade de revisão da posição da Sérvia sobre o assunto. Disse que se empenhará no sentido de que sua Chancelaria venha a apoiar a candidatura brasileira ao assento permanente no CSNU.

Relações Bilaterais: Comércio

As cifras do comércio bilateral são tradicionalmente favoráveis ao Brasil, mesmo antes de 2006, ano em que a Sérvia se separou de Montenegro. Na curta história do relacionamento comercial entre Brasil e Sérvia, essa tendência se mantém. Em 2006, dificuldades relacionadas à divisão entre Sérvia e Montenegro comprometeram o levantamento do volume comercial. Embora os números oficiais registrem um comércio de apenas US\$ 2 milhões, estima-se que em 2006 o Brasil tenha exportado mais de US\$ 22,5 milhões para a Sérvia e Montenegro e posteriormente para a República da Sérvia, importando US\$ 560 mil. Em 2007, o comércio bilateral seguiu as tendências de crescimento sustentado das exportações brasileiras registradas desde o início da década (fluxo de US\$ 33,7 milhões), mas em 2008 verificou-se uma pequena queda nas compras dos dois lados (fluxo de US\$ 30,6 milhões). Em 2009, devido em grande parte à crise internacional, o volume de trocas experimentou queda de cerca de 33%.

O Brasil exporta para Sérvia principalmente carnes, tabaco e algodão, e importa sobretudo máquinas e rolamentos.

POLÍTICA INTERNA

A Sérvia é uma república com legislatura de assembleia unicameral, composta por 250 representantes eleitos em eleições diretas, para um período de quatro anos. Os representantes da Assembleia Nacional, por sua vez, elegem o Governo da República, que, junto com o Presidente, representam o poder executivo do país. O poder judiciário do país atua de forma independente.

O atual Presidente da Sérvia é Boris Tadic, líder do Partido Democrata (centro-esquerda). Tadic foi eleito Presidente em junho 2004 e reeleito em fevereiro de 2008. É um vigoroso defensor da entrada da Sérvia na União Européia.

Em 13.03.2008, foi dissolvido o Parlamento liderado pelo Premier Vojislav Kostunica (Partido Democrático da Sérvia – DSS, de caráter nacionalista), de oposição ao Presidente Boris Tadic. Os dirigentes do DS e do DSS divergiam quanto à orientação da política externa sérvia, com o DS defendendo a alternativa europeia em contraste com o DSS, que advogava uma postura de cunho nacionalista e de oposição à UE que, em sua maioria, havia reconhecido a independência do Kosovo. O golpe de misericórdia foi a não aprovação, pela maioria do Gabinete, da proposta do Governo (leia-se Kostunica) de aprovar uma resolução que condicionava a continuidade das negociações sobre o Acordo de Estabilização e Associação (SAA) com a União Europeia a que a UE considerasse a Sérvia e o Kosovo como um todo. Isso levou o Premier a declarar não mais ter confiança nos seus parceiros de coligação e a propor a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições parlamentares.

Em 11.05.2008, os sérvios foram às urnas em um pleito de caráter referendário, pois marcado pelas questões da acessão à UE e da independência do Kosovo. Analistas locais e internacionais afirmavam que o resultado do pleito determinaria a disposição do povo sérvio de avançar no processo de adesão à UE ou enveredar pelo nacionalismo na esteira da questão kosovar. Buscando apoiar Tadic, a UE apressou-se em assinar, antes do pleito, o SAA com o Governo sérvio.

Os resultados da eleição não foram conclusivos, pois, embora tivesse logrado a maioria dos votos, a coligação “Para uma Sérvia Europeia”, ligada ao Presidente Tadic, não dispunha de maioria para formar um novo governo. A decisão cabia ao Partido Socialista da Sérvia (SPS), do ex-Presidente Slobodan Milosevic, que poderia compor maioria tanto com o DS quanto com o DSS de Kostunica.

Após quase dois meses de negociações, o SPS formou aliança com o DS de Boris Tadic para formar o novo governo, que foi aprovado pelo Parlamento no dia 07.07.2008, encerrando o período de coabitação do DS de Tadic na Presidência com o DSS de Kostunica no Parlamento. Mirko Cvetkovic assumiu, em julho de 2008, como Primeiro-Ministro de um Gabinete com 27 ministros representativos de diversas legendas, inclusive de minorias nacionais.

POLÍTICA EXTERNA

Na II Conferência de Embaixadores estrangeiros acreditados em Belgrado, realizada em 15.01.2009, da qual participou o Embaixador Dante Coelho de Lima, o MNE Vuc Jeremic enunciou as três prioridades fundamentais da política exterior da Sérvia para 2009, a saber:

- a) defesa da ordem constitucional do país (Kosovo);
- b) processo de integração europeia e
- c) fortalecimento da cooperação regional nos Balcãs ocidentais.

À luz do ativo apoio da UE à independência do Kosovo, agravou-se a tensão existente entre dois declarados objetivos sérvios: por um lado, a preservação do Kosovo e, por outro, o ingresso na UE. Os políticos de Belgrado não podem sequer admitir publicamente a possibilidade de abrir mão da soberania sobre o Kosovo. No entanto, o atual Governo sérvio, liderado pelo Partido Democrata desde maio de 2008, sabe que a prosperidade do país depende, no longo prazo, da adesão à UE e busca avançar no processo de integração. Assim, acaba por acomodar as iniciativas da UE em favor da consolidação da independência kosovar nos termos do Plano Ahtisaari, ainda que de público exija que tais iniciativas se mantenham neutras em relação ao status do Kosovo.

Questão do Kosovo

Após o impasse gerado pelo Plano Ahtisaari, a não aceitação da fórmula sérvia para seu status (“mais que autonomia, menos que independência”) e, finalmente, o fracasso das negociações conduzidas pela “troika” do Grupo de Contato (EUA, UE e Rússia), a província sérvia do Kosovo, até então administrada pela UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Kosovo), declarou unilateralmente sua independência, em 17 de fevereiro de 2008. A atitude kosovar foi prontamente respaldada por grandes potências como EUA, Reino Unido, França e Alemanha.

A Sérvia, com apoio da Rússia, considerou a declaração ilegal e condenou o reconhecimento deste “Estado falso”. A independência do Kosovo é uma violação da Constituição da Sérvia, pois o preâmbulo da Carta nacional estipula que o Kosovo é parte integrante do território sob soberania da Sérvia. Ademais, segundo a Sérvia, representa uma violação do Direito Internacional e da Resolução 1244 (1999) do CSNU.

A declaração de independência do Kosovo foi formalmente reconhecida por 66 países até abril de 2010, entre os quais os Estados Unidos e a maioria dos países da União Europeia. Nenhum dos BRICS reconheceu a independência do Kosovo.

Atualmente, o caso do Kosovo encontra-se em análise na Corte Internacional de Justiça. O Brasil apresentou comentários à Corte sustentando a ilegalidade da declaração de independência nos termos da Resolução 1244 do CSNU. Não há data para emissão do parecer da CIJ.

Integração à União Européia

Embora o reconhecimento do Kosovo por 22 dos 27 países da UE tenha inicialmente comprometido o relacionamento da Sérvia com o bloco europeu, o processo de adesão da Sérvia conheceu um grande avanço com a assinatura, em maio de 2008, do Acordo de Estabilidade e Associação entre Sérvia e a UE.

A prisão, em Belgrado, em 2008, de Radovan Karadzic, o mais procurado entre os indiciados pelo Tribunal de Haia, sinaliza a disposição do Governo sérvio em dar continuidade à cooperação com a UE. O país ainda não possui, contudo, o status de candidato oficial.

Relações com países vizinhos

As relações da Sérvia com seus vizinhos nem sempre foram amistosas. Entretanto, o novo governo sérvio e o chanceler Vuk Jeremic propagam a manutenção de estreitas relações com países fronteiriços como de extrema importância para o país.

Exemplo disso foi a primeira visita oficial de Vuk Jeremic, realizada em maio de 2007 para a Bósnia-Herzegovina. Os dois países possuem um histórico de relações conturbadas, particularmente relacionadas com crimes de guerra perpetrados na Bósnia pelo líder político e comandante militar da República Srpska Radovan Karadzic e pelo General Ratko Mladic, ambos procurados pelo TPI e supostamente escondidos na Sérvia. A Sérvia trabalha para manter melhores relações com a Bósnia-Herzegovina, lembrando sempre que possui a integração euro-atlântica como interesse em comum com o vizinho.

As relações com Montenegro iniciaram-se de maneira amistosa desde a separação dos dois Estados, já que a continuidade institucional da Sérvia ocorreu de maneira assegurada pelo documento de união dos dois países. O reconhecimento da independência do Kosovo por Montenegro, contudo, foi considerado uma “traição” por Belgrado e resultou em esfriamento das relações.

Relações com a Rússia

Rússia e Sérvia partilham um patrimônio eslávico comum, com laços históricos, étnicos e culturais. A Rússia tem tradicionalmente apoiado a Sérvia, em particular durante o conflito na Bósnia (1992-1995) e na questão da independência do Kosovo.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Sérvia está entre as 80 maiores economias do mundo (77º lugar em termos de paridade de poder de compra). Antes de ocupar essa colocação, a Sérvia teve sua economia bastante fragilizada desde os acontecimentos consequenciais da Guerra do Kosovo, quando o país foi bombardeado por forças da OTAN (1999), e acabou com boa parte de sua infra-estrutura destruída. A economia, portanto, decresceu metade do tamanho que tinha em 1990. Com a saída do presidente Iugoslavo da época, Slobodan Milosevic, a Oposição Democrática da Sérvia (DOS), assumiu o governo implementando medidas de estabilização em um programa de Reforma de mercado. Mesmo depois de renovar seu compromisso de membro com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em dezembro do ano de 2000, a Iugoslávia continuou reintegrada pela comunidade internacional com reuniões do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). Na Comissão Européia, o Banco Mundial patrocinou doadores para a Conferência de Junho de 2001, levantando 1,3 bilhões de dólares para a reestruturação econômica do país. Bancos como o de Paris e de Londres perdoaram quantias significativas de débitos da Sérvia. A cidade de Belgrado pouco progrediu em relação à reestruturação, visto que privatizou as terras nos maiores setores da economia, energético e de telecomunicações.

O principal problema político da economia servia continua sendo o desemprego. O país ressentia-se, ainda, de investimentos externos de grande porte, embora o país tenha se tornado mais atrativo ao longo da década. Medidas do governo como o Plano de inversões e os apoios internacionais nos setores de infraestrutura que começam a surgir, contribuem para o fortalecimento da produção industrial, bem como para o aumento das exportações e a melhoria de salários. Na região do Kosovo, a economia ainda está em fase de transição, sendo dependente da comunidade internacional e necessitando de auxílio financeiro e técnico.

Em relação ao Produto Interno Bruto na evolução dos setores econômicos mais relevantes, destaca-se o industrial com 20,5%, 12% referem-se à agricultura e outros setores somam 37,3%. Para o país, o setor agrícola tem um comportamento instável. No ano de 2004 a produção agrícola teve um aumento de 19%, mas no ano seguinte caiu em torno de 4,9% e recuperou apenas 0,9% no ano de 2006. A lei sobre Terras Agrícolas e a lei sobre Produção básica, entre outras, são instrumentos com a finalidade de incrementar a produção agrícola na Sérvia. Elas permitem a consolidação de terras agrícolas por até 20 anos. No campo industrial, o país sente dificuldade em estabilizar a produção ao longo do ano.

O PIB sérvio apresentou redução estimada de 2,9% em 2009, como resultado da crise financeira internacional que comprometeu as exportações e os investimentos externos. A contração súbita do PIB interrompeu o ritmo de crescimento de cerca de 5,5% anuais verificado desde a metade da década. Em março de 2009, o país acertou um empréstimo no valor de 3 bilhões de euros junto ao FMI como forma de aliviar as pressões sobre o balanço de pagamentos. A inflação em 2009 fechou em um média de 8,4%, caindo em relação ao ano anterior. Especialistas estimam um crescimento de 1% do PIB para o ano de 2010. O fraco desempenho dos países da zona do Euro, principais parceiros comerciais da Sérvia (responsáveis por 55% das rendas de exportação), deverá impedir uma retomada vigorosa das exportações e investimentos externos durante o corrente ano.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS FATOS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

- **Junho de 2003:** visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial;
- **Outubro de 2003:** os Primeiros-Ministros republicanos da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, respectivamente, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde avistaram-se com o Senhor Presidente da República;
- **Abril de 2005:** reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília;
- **22.06.2006:** Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas plenas
- **Outubro de 2007:** nova rodada de consultas políticas (diretora do DEU), em Belgrado;
- **01.04.2008:** Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio, Vuk Jeremic;
- **25.09.2008:** Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio à margem da 62ª AGNU;
- **24.10.2008:** consultas políticas entre a Diretora do DEU e sua homóloga da Chancelaria sérvia, Diretora do Dept. para Américas, Dragana Filipovic.
- **02.02.2009:** Visita a Brasília de Zoran Vujic na qualidade de enviado de alto nível do MNE Vuk Jeremic (encontros com o Sr. SGAP-I e a Sra. DEU).
- **15.04.2009:** encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio Vuk Jeremic no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina.

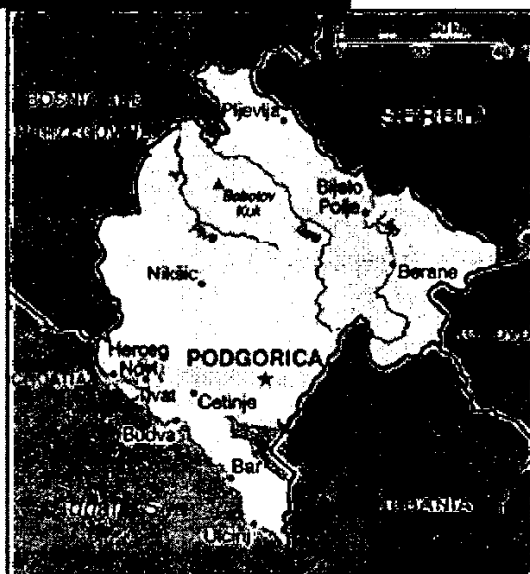
ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS EM VIGOR

- Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Comum – assinado e em vigor desde 11/05/1951;
- Acordo Básico de Cooperação Técnica - assinado em 01/06/1973, em vigor desde 01/06/1973;
- Acordo sobre Troca de Estagiários - assinado em 11/05/1962, em vigor desde 14/02/1967;
- Acordo de Cooperação Industrial – assinado e em vigor desde 20/09/1963;
- Protocolo sobre Conversações Econômicas - assinado e em vigor desde 20/09/1963;
- Acordo sobre Compra de Trigo pelo Brasil à Iugoslávia - assinado e em vigor desde 20/05/2009;
- Entendimento sobre Pagamentos entre o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional da Iugoslávia – assinado e em vigor desde 01/10/1970;
- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 11 de maio de 1962, Relativo ao Fomento da Produção de Milho, assinado e em vigor desde 04/09/1972;
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, no Rio de Janeiro, assinado e em vigor desde 15/06/1973;
- Protocolo Relativo à Mudança do Sistema de Pagamentos Aplicável às Trocas entre os Dois Países para Moeda Conversível, assinado em 27/05/1977, em vigor desde 01/10/1977;
- Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia, assinado em 08/07/1977, em vigor desde 23/12/1977;
- Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do MRE e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro, assinado e em vigor desde 01/07/2003.

O Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário, assinado em 05/01/2010, ainda não está em vigor.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II

RELAÇÕES BRASIL - MONTENEGRO



abril de 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Montenegro
CAPITAL	Podgorica
MAIORES CIDADES	Podgorica, Nikšić, Pljevlja
ÁREA	13.812 km ²
POPULAÇÃO (2009)	672.180
IDIOMA	montenegrino (oficial), sérvio, outros
RELIGIÕES	ortodoxos (74,2%), muçulmanos (17,7%), católicos (3,5%), outros (4,6%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Filip VUJANOVIC (desde 6 de abril de 2008)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Milo DJUKANOVIC (desde 29 de fevereiro de 2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Milan Rocen
PIB (2009)	US\$ 4,496 bilhões
PIB PPP (2009)	US\$ 6,708 bilhões
PIB per capita PPP (2009)	US\$ 9,800
EMBAIXADOR NO BRASIL	(a ser designado)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL → MONTENEGRO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	-	-	-	2,1	26,5	66,1	54,3
Exportações	-	-	-	2,1	26,5	66,1	54,3
Importações	-	-	-	-	0,002	0,04	0,014
Saldo	-	-	-	+2,1	+26,5	+66,1	+54,3

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006, e em 20 de outubro do mesmo ano Brasil e República de Montenegro estabeleceram relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Podgorica, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por Decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

As relações bilaterais entre Brasil e Montenegro encontram-se em nível bastante incipiente devido à recente independência desse país e ao fato de a Sérvia ser a sucessora política da antiga união dos dois Estados. No entanto, embora recentes, as relações bilaterais inserem-se em um contexto mais amplo de relações historicamente harmônicas entre o Brasil e a Iugoslávia e, posteriormente, Sérvia e Montenegro.

O comércio bilateral, porquanto reduzido, produz desde 2006 saldos comerciais positivos para o Brasil. Em 2008, houve um salto nas exportações brasileiras, explicado pela venda de duas aeronaves da Embraer à Montenegro Airlines, respondendo por 59,7% do total. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, no ano de 2009, encontram-se: aeronaves e suas partes (52,97%); carnes e miudezas comestíveis (21,66%); café, mate e especiarias (10,02%); açúcares e produtos de confeitaria (9,69%). Dentre os principais produtos exportados por Montenegro, destacam-se caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos (92,86%).

POLÍTICA INTERNA

Montenegro era parte da antiga República Socialista Federal da Iugoslávia. Em junho de 1991, Eslovênia e Croácia decidiram tornar-se Estados independentes, separando-se da Iugoslávia (segundo a Constituição iugoslava de 1974, isso era permitido desde que as demais Repúblicas consentissem). Elas foram seguidas pela Macedônia, em setembro do mesmo ano, e pela Bósnia e Herzegovina, em março de 1992. Apesar de as Repúblicas da Sérvia e de Montenegro terem consentido com a saída da Eslovênia, elas não admitiam a independência da Croácia e da Bósnia, pois ambas possuíam regiões com vasta população de origem sérvia. Esses conflitos de interesses levaram a agressões, dando início às Guerras de independência da Croácia e da Bósnia e Herzegovina, e a intensos conflitos étnicos na região.

Em abril de 1992, após a declaração de independência das demais Repúblicas, Montenegro e Sérvia formaram a República Federal da Iugoslávia, sucessora da antiga República Socialista Federal da Iugoslávia. Em março de 2002, os Governos da Sérvia e de Montenegro concordaram em alterar sua estrutura, transformando-se em uma confederação. Essa alteração foi oficializada em fevereiro de 2003, ocasião na qual o nome Iugoslávia foi oficialmente abolido, e foi formado a União de Estados da Sérvia e Montenegro.

O processo de separação entre os Estados que compunham a União de Sérvia e Montenegro era regulado pela Carta Constitucional de 2003. Nela estava previsto um interstício mínimo de três anos após sua promulgação para que qualquer dos Estados membros pudesse declarar sua independência. A Constituição também exigia que se realizasse um referendo para oficializar a secessão. Logo após alcançado o prazo mínimo constitucional, em 21 de maio de 2006, foi realizado um referendo para decidir se Montenegro deveria manter-se na união ou tornar-se independente. A tese da independência recebeu mais votos, com a aprovação de 55,5% dos eleitores, poucos décimos acima da maioria de 55% requerida para sua aprovação. De acordo com esse resultado, o Parlamento montenegrino declarou oficialmente a independência do país em 3 de junho do mesmo ano, quando ocorreu a separação, pacífica, dos dois Estados. Ela foi reconhecida alguns dias mais tarde pela totalidade da comunidade internacional. Admitida à ONU no dia 28 de junho de 2006, como o 192º Estado membro, o Montenegro renasce com sua história de Estado (reino independente de 1878 à 1918).

As primeiras eleições legislativas depois da proclamação da independência ocorreram em 10 de setembro de 2006. Elas confirmaram a dominação do partido democrático socialista (DPS) de Milo Djukanović (41 cadeiras sobre 82 para a coalisão que saía) e provocou o esfacelamento da oposição em três forças iguais. As eleições municipais realizadas no mesmo dia deram resultados similares.

Milo Djukanović, o mais antigo líder no poder na região apesar de contar apenas 45 anos, anunciou no dia seguinte das eleições que se retirava da vida pública (tendo, no entanto, retornado ao posto de Primeiro Ministro em 2008). O Ministro da Justiça do Governo que se retirava, Željko Šturanović, 46 anos, o sucedeu como primeiro ministro no dia 10 de novembro de 2006. O novo primeiro ministro fixou como prioridade a rápida assinatura de um acordo de estabilização e associação com a União européia. Nesta perspectiva ele se comprometeu a reformar a administração pública, a justiça e a polícia, a fim de colocá-las nas

normas europeias e continuar a luta contra o crime organizado e a corrupção no contexto de um plano de ação adotado pelo governo precedente em junho de 2005.

O Parlamento adotou uma Constituição em 19 de outubro de 2007.

Em março de 2009, ocorreram novas eleições legislativas, na qual o partido do primeiro ministro Milo Djukanović sagrou-se vitorioso. A “Coligação para um Montenegro europeu” (Coalition for European Montenegro) recebeu 51,94% dos votos (48 assentos), sendo seguido pelo Partido Socialista, com 16,83% (16 assentos).

ECONOMIA

Montenegro já possuía certa autonomia durante a Era Milosevic, tendo mantido seu próprio Banco Central e adotado o marco alemão – e posteriormente o euro – como moeda oficial, em detrimento do dinar iugoslavo. A dissolução da união política com a Sérvia em 2006 levou à sua participação, de forma independente, em diversas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

Atualmente, Montenegro busca tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2007, assinou um Acordo de Estabilização e Associação com a União Europeia, e em 15 de dezembro de 2008 apresentou pedido formal de candidatura à União Europeia.

Dentre os principais problemas de Montenegro destacam-se o alto nível de desemprego (14,7%, estimativa de 2007) e a existência de disparidades econômicas regionais.

As reformas estruturais estão longe de terem sido alcançadas. A reaproximação com a UE deverá lhe permitir com tempo se aproximar dos padrões europeus em termos de legislação econômica e social. Montenegro utiliza o euro, desde 1999, como sua moeda, sem o acordo do BCE ou da União Europeia, e deverá em breve iniciar as negociações para regularizar esta situação, se inspirando no que foi feito para os micro Estados enclavados na UE (Mônaco, São Marino, Vaticano e Andorra).

Montenegro privatizou seu grande complexo industrial de alumínio – a principal indústria – assim como a maior parte do setor financeiro e começou a atrair investimentos estrangeiros diretos no setor de turismo.

A crise financeira global provavelmente terá grande impacto em sua economia, em razão principalmente da escassez de crédito, do declínio no setor imobiliário e da queda das exportações de alumínio.

POLÍTICA EXTERNA

No plano internacional, as prioridades de Montenegro são a integração à União Européia e à OTAN, conforme indicado em 2006 pelo Primeiro-Ministro, Zeljko Sturanovic, em seu discurso de posse. O programa de trabalho do Governo prevê a adoção de padrões europeus, a racionalização da administração pública, o reequipamento da polícia, a criação de uma unidade especial para a luta contra a corrupção, a redução do déficit público e da carga tributária.

No caso da OTAN, o primeiro passo para a integração foi dado em dezembro de 2006, quando a Aliança atlântica acolheu Montenegro em seu programa “Parceria para a Paz”. Já sobre a União Européia, a primeira iniciativa para uma futura adesão foi tomada em março de 2007, com a assinatura do documento preliminar de Acordo de Estabilização e Associação (SAA). O Acordo estabiliza a zona de livre comércio entre a UE e o Montenegro e prevê a introdução dos mecanismos institucionais necessários para a plena integração com a União. As negociações para o SAA haviam se iniciado em outubro de 2005 junto com a Sérvia, no contexto da então União entre esses Estados, e foram retomadas em junho de 2006, em seguida à proclamação da independência do país.

Segundo comentários do Comissário da UE para o Alargamento, Olli Rehn, a implementação do Acordo depende do fortalecimento administrativo do país. Ele também manifestou que se esperava que com as reformas de âmbito jurídico se intensifique a luta contra a criminalidade e se reforce o Estado de direito no país.

A definição do *status* da província do Kosovo colocou Montenegro em uma posição delicada. O Governo montenegrino tem que equilibrar a necessidade de construir relações frutíferas com a Sérvia com o seu desejo de bom relacionamento com os EUA e a União Européia. Pressões para que o país se posicione a esse respeito ocorreram tanto no plano doméstico (partidos políticos pró-sérvios e minoria albanesa) quanto no internacional (Rússia e Sérvia de um lado e EUA e

UE de outro). Montenegro tentava manter sua imparcialidade sobre a disputa, mas com a visita do Chanceler russo Serguei Lavrov ao país, sua posição mudou sutilmente a favor da Sérvia, quando passou a advogar a necessidade de maiores conversações antes da tomada de decisão sobre o assunto. No entanto, em 2008, Montenegro reconheceu a independência do Kosovo, afastando-se da posição sérvia, o que gerou atritos bilaterais.

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Não há nenhum Acordo bilateral em vigor entre os dois países.

Aviso nº 262 - C. Civil.

Em 5 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE ADDOR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 12/05/2010.